UBS Brasil Banco de Investimento S.A.

CNPJ nº 18.520.834/0001-93

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras do UBS Brasil Banco de Investimento S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2017, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. **Adequação das operações aos objetivos estratégicos:** Desde o início de suas operações no Brasil como banco de investimento, em junho de 2013, o Banco trabalha no desenvolvimento e consolidação de suas atividades. As operações realizadas estão em linha com os objetivos estratégicos estabelecidos no plano de negócios entregue ao Banco Central do Brasil, e em conformidade com a Resolução nº 4.122/12. **Gerenciamento de riscos:** O UBS Brasil Banco de Investimento tem buscado o contínuo aprimoramento na gestão e no controle de riscos, alinhada com a prática global e com os requerimentos locais. A Alta Administração tem participação ativa no gerenciamento de riscos através de uma robusta estrutura de comitês e da aprovação de políticas específicas e de limites de exposição aos diversos riscos dentro dos níveis aceitos pelo Banco. Dessa forma, reforça o seu papel dentro da governança corporativa, inclusive na identificação e discussão prévia dos riscos inerentes de novos produtos e serviços. As atividades de controle de riscos são executadas por áreas específicas e independentes, sob a coordenação do Diretor de Riscos do Banco, e segregadas das áreas de negócio e de Auditoria Interna. Há áreas específicas para o controle de cada disciplina de risco (mercado, crédito e operacional), além de área específica para riscos de banco. Todos os riscos são discutidos em comitês e fóruns de discussão específicos e a sua integração materializada através do Comitê de Controle de Riscos, no qual são abordados todos os tópicos relevantes dos comitês específicos. **Continuidade de Negócio:** A entidade legal foi adquirida pelo Grupo UBS com o intuito de construir a infraestrutura necessária para seu retorno ao Brasil, além do desenvolvimento orgânico do negócio. O UBS AG vem realizando e irá realizar os aportes de capital necessários para a continuidade do desenvolvimento dos negócios. **Ouvidoria:** O componente organizacional de Ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas pela Resolução CMN 4.433. **Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos clientes, parceiros e colaboradores pelo sucesso alcançado no semestre.

A Administração.

Balanços patrimoniais - 30 de junho de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2017	2016
Circulante		**58.492**	55.637
Disponibilidades	4	**1.401**	2.684
Títulos e valores mobiliários	5	**56.758**	52.603
Carteira própria		**56.758**	52.603
Outros créditos		**333**	350
Negociação e intermediação de valores	6	**200**	200
Diversos	6	**133**	150
Realizável a longo prazo		**1.028**	271
Outros créditos		**1.028**	271
Diversos	6	**1.028**	271
Permanente		**20**	32
Imobilizado de Uso		**20**	32
Outras imobilizações de uso		**59**	59
(-) Depreciações acumuladas		**(39)**	(27)
Total Ativo		**59.540**	55.940

Passivo	Notas	2017	2016
Circulante		**959**	1.199
Outras Obrigações		**959**	1.199
Fiscais e previdenciárias	7	**939**	1.060
Diversas		**20**	139
Exigível a longo prazo		**1.338**	575
Outras Obrigações		**1.338**	575
Diversas	7/14	**1.338**	575
Patrimônio Líquido		**57.243**	54.166
Capital Social	9	**46.200**	46.200
Reservas de lucros		**11.056**	7.985
Ajuste de avaliação patrimonial		**(13)**	(19)
Total do Passivo		**59.540**	55.940

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado - Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2017	2016
Receitas de intermediação financeira		**3.053**	3.483
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		**3.053**	3.483
Resultado bruto da intermediação financeira		**3.053**	3.483
Outras receitas/despesas operacionais		**(458)**	(477)
Outras despesas administrativas	10	**(246)**	(282)
Despesas tributárias	11	**(201)**	(203)
Outras receitas operacionais		**47**	13
Outras despesas operacionais		**(58)**	(5)
Resultado Operacional		**2.595**	3.006
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**2.595**	3.006
Imposto de renda e contribuição social	8	**(1.217)**	(1.356)
Provisão para Imposto de renda corrente		**(671)**	(748)
Provisão para Contribuição social corrente		**(546)**	(608)
Lucro dos semestres		**1.378**	1.650
Nº de ações		**46.200**	46.200
Lucro por ação - R$		**29,83**	35,71

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de lucros Legal	Reservas de lucros Outras	Ajustes ao valor de mercado	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	46.200	484	9.194	(24)	-	55.854
Ajustes no valor de mercado - TVM	**-**	**-**	**-**	**11**	**-**	**11**
Lucro do semestre	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.378**	**1.378**
Destinações: Reserva legal	**-**	**69**	**-**	**-**	**(69)**	**-**
Reserva especial de lucros	**-**	**-**	**1.309**	**-**	**(1.309)**	**-**
Saldo em 30 de junho de 2017	**46.200**	**553**	**10.503**	**(13)**	**-**	**57.243**
Saldo em 31 de dezembro de 2015	46.200	317	6.018	(20)	-	52.515
Ajustes no valor de mercado - TVM	-	-	-	1	-	1
Lucro do semestre	-	-	-	-	1.650	1.650
Destinações: Reserva legal	-	83	-	-	(83)	-
Reserva especial de lucros	-	-	1.567	-	(1.567)	-
Saldo em 30 de junho de 2016	46.200	400	7.585	(19)	-	54.166

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Atividades operacionais			
Lucro dos semestres		**1.378**	1.650
Ajustes que não afetam o caixa:			
Atualização de depósito judicial		**(47)**	(12)
Provisões para processos cíveis e fiscais		**300**	334
Atualização de passivos contingentes		**58**	20
Ajuste ao valor de mercado - TVM disponível para venda		**11**	1
Depreciações		**6**	6
Imposto de renda e contribuição social		**917**	1.356
Lucro ajustado dos semestres		**2.623**	3.355
Variações nos ativos e passivos			
Títulos e valores mobiliários		**(568)**	1.540
Outros créditos		**(451)**	(73)
Outras obrigações		**(2.112)**	(2.200)
		(3.131)	(733)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais		**(508)**	2.622
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(508)**	2.622
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		**1.909**	62
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	**1.401**	2.684
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(508)**	2.622

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 30 de junho de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional: UBS Brasil Banco de Investimento S.A., é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo, e possui como objetivo social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas, bem como aqueles serviços permitidos aos bancos de investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo operações de câmbio, e a participação em outras sociedades, na qualidade de sócio, quotista ou acionista, e exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF - e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações. A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, à marcação a mercado de instrumentos financeiros e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente. A diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 29 de agosto de 2017. **3. Principais práticas contábeis:** a) Apuração de resultado: O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado desta valorização ou desvalorização computado ao resultado. Os títulos disponíveis para venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Esses títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização. Os títulos disponíveis para venda são apresentados no ativo circulante em virtude da entidade utilizá-los na sua gestão de caixa. Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado. d) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: São apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço. e) Permanente: *Imobilizado de uso* - são registrados pelo custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária. f) Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo: *Demais passivos circulantes* - são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços. *Provisões* - uma provisão é reconhecida no balanço quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. g) Impostos e contribuições: *Imposto de renda e contribuição social:* a provisão para o imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R$240 no ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 20%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. *Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição Social para Financiamento da Seguridade (COFINS):* são calculados sobre as receitas do Banco, excluindo as deduções permitidas pela legislação em vigor, às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. h) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*): Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/2008, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), o Banco testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas as eventuais perdas apuradas no resultado do semestre. No semestre não foram constatadas perdas no valor recuperável dos ativos. i) Passivos e ativos contingentes e obrigações legais: O reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes, e as obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Tecnico n° 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, conforme descrito abaixo: *Ativos*: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. *Passivos:* são reconhecidos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes com risco de perda possível são apenas divulgados e nenhuma provisão é reconhecida. Os passivos contingentes com o risco de perda remota não requerem divulgação e provisão. *Obrigações legais - fiscais e previdenciárias*: são registradas na rubrica fiscais e previdenciárias, representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, atualizados com base na taxa do órgão recebedor dos mesmos, sem dedução das provisões para passivos contingentes e obrigações legais, em atendimento às normas do BACEN. j) Fluxo de caixa: Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa o Banco utiliza o método indireto segundo o qual o lucro ou prejuízo antes dos impostos é ajustado pelos seguintes efeitos: (i) Transações que não envolvem caixa; (ii) Quaisquer diferimento ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; (iii) Itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou financiamento. k) Lucro por ação: O Banco efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações - utilizando o número de ações ordinárias totais em circulação, no final do semestre correspondente ao lucro do período.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Disponibilidades		
Reservas livres	**1.401**	2.684
	1.401	2.684

5. Títulos e valores mobiliários: Em 30 de junho de 2017 e 2016, os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e são representados por:

		2017		2016	
	Vencimento	Valor de custo/ curva atualizado	Valor de mercado	Valor de custo/ curva atualizado	Valor de mercado
Carteira própria:					
Letras Financeiras do Tesouro	**Acima de 365 dias**	**56.782**	**56.758**	52.637	52.603
		56.782	**56.758**	52.637	52.603

Os títulos públicos foram ajustados a valor de mercado com base na precificação interna, sendo efetuada comparação com as taxas divulgadas pela ANBIMA. A marcação a mercado foi contabilizada em contrapartida à conta de ajuste de valor patrimonial no patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, perfazendo o montante de R$ (13) (R$ (19) em 2016). Os títulos públicos são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC. Não havia operações com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016. No semestre não houve reclassificações entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

6. Outros créditos

	2017	2016
Circulante		
Negociação e intermediação de valores	**200**	200
Bolsas - depósitos em garantia	**200**	200
Diversos	**133**	150
Créditos tributários de impostos e contribuições	**11**	15
Impostos a compensar (i)	**122**	135
Realizável a longo prazo		
Diversos	**1.028**	271
Depósito judicial (Nota 14)	**1.028**	271

(i) Refere-se, substancialmente, à antecipação de imposto de renda e contribuição social.

7. Outras obrigações

	2017	2016
Circulante	**939**	1.060
Fiscais e previdenciárias		
Impostos e contribuições sobre o lucro	**916**	1.021
Impostos e contribuições a recolher	**23**	39
Exigível a longo prazo	**1.338**	575
Diversas		
Contribuições contingentes (Nota 14) (*)	**1.338**	575

(*) Conforme Carta-Circular no 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Contribuições contingentes" foi reclassificada de "Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias" para "Outras obrigações - Diversas".

8. Imposto de renda e contribuição social: a) Demonstramos a seguir o cálculo da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Apuração de imposto de renda e contribuição social - correntes				
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**2.595**	**2.595**	3.006	3.006
Adições/(exclusões):				
Atualização de passivos fiscais contingentes	**58**	**58**	21	21
Despesas não dedutíveis	**124**	**124**	24	24
Atualização de depósitos judiciais	**(47)**	**(47)**	(12)	(12)
Lucro real	**2.730**	**2.730**	3.039	3.039
Alíquota de 15% para IR e 20% para CS	**(410)**	**(546)**	(457)	(608)
Adicional de 10% de IR	**(261)**	**-**	(291)	-
Total dos impostos	**(671)**	**(546)**	(748)	(608)

b) Créditos tributários: O Banco possui créditos tributários de IR e CS não contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias sobre demandas judiciais no montante de R$ 602 (R$ 259 em 2016).

9. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social está representado por 46.200 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscritas por uma acionista domiciliada no país. Reserva de lucros: A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A parcela de lucro não distribuída terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da diretoria. Juros sobre capital próprio: Nos semestres encerrados em 30 de junho de 2017 e 2016 não foram pagos juros sobre capital próprio conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95. Dividendos mínimos: Conforme o Estatuto Social do Banco, aos acionistas é assegurado os dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, calculados nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. A distribuição de dividendos está sujeita a proposta da diretoria, em Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. A acionista UBS Brasil Holding Financeira S.A. deliberou sobre a retenção total do lucro do período de 2017 à conta de reservas especiais de lucros.

10. Outras despesas administrativas

	2017	2016
Despesas de publicações, publicidade e propaganda	**58**	50
Despesas com serviços do sistema financeiro	**25**	10
Despesas com serviços técnicos especializados	**30**	162
Despesa com depreciação	**6**	6
Doações	**90**	-
Contribuições a entidades de classe	**35**	25
Outras despesas	**2**	29
	246	282

11. Despesas tributárias

	2017	2016
Despesas de contribuição social - COFINS	**122**	139
Despesas de contribuição - PIS	**20**	23
Outras despesas tributárias	**59**	41
	201	203

12. Gerenciamento de riscos e de capital: O Banco aderiu à estrutura de gerenciamentos de riscos e de capital em atendimento às Resoluções nº 3.380/06, nº 3.464/07, nº 3.988/11 e nº 4.090/12 do CMN e alterações posteriores. As descrições dessas estruturas de gerenciamentos estão disponibilizadas no site da Instituição Líder (https://www.ubs.com/global/pt/legalinfo2/brazil/risk-control.html). **13. Limites operacionais:** Consoante aos preceitos do Novo Acordo de Capital (Basiléia II), o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou as Resoluções nos 3.380, 3.464 e 3.721, que tratam das estruturas para gerenciamento de riscos operacionais e de mercado e de crédito, respectivamente. O Banco Central do Brasil - BACEN, em 2013, incorporou os requerimentos de Basiléia III através da publicação das circulares que definem as novas metodologias de requerimento de capital para Risco de Crédito (Circular nº 3.644), Risco de Mercado (Circulares nos. 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639 e 3.641) e Risco Operacional (Circular nº 3.640), bem como das Resoluções nº 4.192, que altera as regras de apuração do Patrimônio de Referência, e da nº 4.193, que dispõe sobre a apuração do Patrimônio de Referência Exigido a ser aplicado a partir de 1º de outubro de 2013. O Conglomerado Prudencial, que tem como entidade líder o UBS Brasil Banco de Investimento S.A., utiliza como base o Patrimônio de Referência Exigido dividido por 9,25% (conforme cronograma de Basiléia III definido pelo Banco Central do Brasil), (9,875% em 2016) que é o patrimônio mínimo exigido pelo BACEN, e em 30 de junho de 2017, atingiu o índice de 97,47% (76,01% em 2016).

	2017	2016
Patrimônio de Referência - PR	**248.864**	186.512
Nível I	**248.864**	186.512
Patrimônio líquido	**248.864**	186.512
Nível II	**-**	-
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	**23.617**	24.230
Risco de crédito	**2.242**	2.934
Risco de mercado	**53**	-
Risco operacional	**21.322**	21.296
Margem	**225.247**	162.282
Ativo ponderado pelo risco	**255.315**	245.373
Índice de Basileia	**97,47%**	76,01%

14. Contingências: O Banco figura como réu em processos judiciais de natureza fiscal e cível decorrentes do curso normal de suas atividades, como segue: **Passivos contingentes classificados como perdas prováveis:**

	Saldo inicial 31/12/2016	Adições à provisão	Atualização monetária	Saldo final 30/06/2017	Saldo final 30/06/2016	2017 Depósito judicial (ativo)	2016 Depósito judicial (ativo)
Contribuição contingentes							
CSLL 9/20% (1)	980	**300**	**58**	**1.338**	575	**1.028**	271
Total	980	**300**	**58**	**1.338**	575	**1.028**	271

(1) CSLL - refere-se à provisão constituída relativa à discussão judicial sobre a majoração da alíquota de 9% para 15% para instituições financeiras a partir de maio de 2008 e de 15% para 20% a partir de setembro de 2015. Foi concedida liminar para suspender a exigibilidade nos moldes das Leis 13.169/15 e 11.727/08 e permitir o recolhimento nos moldes da legislação aplicável às empresas não financeiras. São efetuados depósitos judiciais da parcela do tributo em discussão. **Perdas possíveis:** Em 30 de junho de 2017, o Banco possui 1 ação cível no montante de R$ 11 (R$ 14 em 2016), classificadas pela administração e seus assessores jurídicos como de perda possível e para as quais não foram constituídas provisões. **15. Outras informações:** a) Em 30 de junho de 2017 e 2016, o UBS Brasil Banco de Investimento S.A., não possuía recursos de terceiros administrados de particulares, fundos e clubes de investimentos. b) Em 23 de fevereiro de 2017 o Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil (BC), tornou público a Resolução nº 4.557. A Resolução dispõe sobre os requerimentos adicionais a serem aplicados à estrutura de gerenciamento de riscos e estrutura de gerenciamento de capital, das Instituições autorizadas a funcionar pelo BC. A nova regulamentação segmenta as instituições em cinco níveis (S1 a S5) que são classificadas conforme o seu grau de importância sistêmica para o mercado financeiro brasileiro. O UBS Brasil Banco de Investimento S.A é classificado como "S4". O revigoramento das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital deverão ser implementados, pelo Banco, até o final de fevereiro de 2018, prazo permitido para as instituições enquadradas no S2, S3, S4 e S5.

Bruno Costa Barino - Diretor

Ivânia Gomes Vilela - CRC-1SP189400/O-9

Relatório do Auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores do
UBS Brasil Banco de Investimento S.A. - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do UBS Brasil Banco de Investimento S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do UBS Brasil Banco Investimento S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação o Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2017.

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Kátia Sayuri Teraoka Kam
Contadora
CRC-1SP272354/O-1